

Meio: Correio da Manhã

Data: 01-11-2016

Quatro candidatos a bastonário da Ordem dos Advogados

Bastonário tem de ser eleito com maioria absoluta, o que pode obrigar a uma segunda volta.

Por Ana Luísa Nascimento | 01.11.16



Atualmente estão inscritos na Ordem mais de 29 mil advogados, que vão eleger o bastonário para o triénio 2017-2019

Foto: Tiago Sousa Dias

Elina Fraga, atual bastonária, Guilherme Figueiredo, Jerónimo Martins e Varela de Matos são os quatro candidatos às eleições da Ordem dos Advogados, marcadas para 18 de novembro. Enquanto Elina Fraga tenta renovar o mandato, Guilherme Figueiredo, do Porto, e Jerónimo Martins entram pela segunda vez consecutiva na corrida. Já Varela de Matos é uma estreia.

Estas eleições estão marcadas por duas novidades, na sequência da alteração do estatuto da Ordem dos Advogados em 2015: pode haver segunda volta, uma vez que o bastonário tem de ser eleito com mais de 50 por cento dos votos, e há um novo órgão nacional, o Conselho Fiscal, cujos candidatos são Jorge Bacelar Gouveia, Rogério Fernandes Ferreira e Eduardo Santos Pereira.

Elina Fraga, da Lista K, que sucedeu a Marinho Pinto nas últimas eleições, as mais disputadas de sempre, com seis candidatos, tem como lema 'Defender a advocacia, proteger a cidadania'. Guilherme Figueiredo, que durante dois mandatos esteve à frente do Conselho Regional do Porto, candidata-se pela segunda vez a bastonário - em 2013 ficou em segundo lugar -, encabeçando a Lista H - 'Afirmar a Advocacia – Menos quotas, melhor Ordem; Menos custos, melhor Justiça'.

Também Jerónimo Martins concorre pela segunda vez consecutiva à presidência do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, encabeçando a Lista D - 'Dignificar a Advocacia'. Já o advogado Varela de Matos, pela Lista I, apresenta-se pela primeira vez na corrida a bastonário.

Caso nenhum dos candidatos consiga maioria absoluta, haverá uma segunda volta, a decorrer no dia 6 de dezembro.

Meio: APIT

Data: 01-11-2016

DIA 24 DE MAIO

SALA DOURO, PORTO PALÁCIO



TEMAS DO DIA

Sustentabilidade financeira em tempos de crise - desafios para os sistemas tributários

A Europa e o Mundo: Rogério M. Fernandes Ferreira (Advogado, Presidente da AFP - Associação Fiscal Portuguesa e ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)
O caso da América Latina: Dr. Márcio Verdi (Secretário Geral do CIAT)
Moderadora: Felícia Cabrita (Jornalista, Semanário SOL)

Arbitragem Tributária

Visão institucional: Nuno Villa-Lobos (Presidente do CAAD)
Visão jurídica: Tânia Carvalhais Pereira (Jurista do CAAD, Assistente na UCP)
Visão da justiça: Lopes de Sousa (ex-Juiz do STA - Supremo Tribunal Administrativo, árbitro do CAAD) Visão da Administração Tributária: Serafim Rodrigues Pereira (Diretor da DSCJC da AT)
Visão brasileira: Juliana Christina Simas de Macedo (Auditora da Receita Federal do Brasil, Diretora de Relações Internacionais e Intersindicaís do Sindifisco Nacional)
Moderador: José Ribamar Pinto (Presidente da ASFARN)

O lugar e o papel do Imposto sobre as Grandes Fortunas

As grandes fortunas em ambiente aberto: problemas de deslocalização versus equidade na repartição dos encargos tributários: João Ricardo Catarino (Professor no ISCSP - Universidade de Lisboa, Investigador no CAPP - Centro de Administração e Políticas Públicas)
As Manifestações de Fortuna, como mecanismo de tributação anti-fraude - conexão com o fenómeno Panama Papers: Pedro Marinho Falcão (Mestre em Direito Tributário, Universidade Portucalense)
Moderadora: Alcilene Souza de Almeida (Presidente da AFTEAM)

O lugar e o papel de um Imposto sobre as Sucessões e Doações

No taxation without respiration - aceitação ou negação de um imposto sobre as sucessões mortis causa?: Joaquim Silvério Mateus (Advogado, ex-Subdiretor Geral para a área do IVA e Impostos sobre o Património)
Tributação sucessória na União Europeia - alguns aspetos: João Ricardo Catarino (Professor no ISCSP - Universidade de Lisboa, Investigador no CAPP - Centro de Administração e Políticas Públicas), e Sara Diogo (Mestranda em Fiscalidade pelo ISCAL-IPL, Investigadora e Coautora de diversos estudos na área da Fiscalidade)
Moderador: Bruno Batista Gonzaga (Auditor Fiscal da Receita Estadual do Mato Grosso do Sul)

Prerrogativas e Garantias Funcionais dos Auditores Fiscais

Visão do Brasil: Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, Vice Presidente da Febrafite
Visão de Portugal: Nuno Barroso (Presidente da APIT) e António Castela (Coordenador da CNT)
Moderador: José Simões Pereira (Vice Presidente da APIT - Área Tributária)



JOSÉ SIMÕES PEREIRA
VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO
DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL
DOS FISCALIS E ADUANEIROS DA INSPEÇÃO
TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (APIT)

Como avalia o 1º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais e Aduaneiros?

A avaliação é muito positiva. A construção de cenários de cooperação, de transmissão de conhecimento e sobretudo de reflexão global sobre problemas e desafios que são transversais é, neste caso, um fator sinalagmático de crescimento imprescindível à obtenção de respostas perenes e consolidadas, globais e por isso mais consistentes e comprometidas.

A APIT tem tido um espírito de enorme abertura à sociedade, ao meio académico, ao meio cultural e ao intercâmbio profissional, no seio dos diversos corpos inspetivos nacionais e internacionais, desencadeando de forma consistente esforços no sentido de estreitar laços de cooperação institucional, profundamente enriquecedora, com diversas entidades, de diferentes sensibilidades, o que lhe tem permitido crescer e solidificar a sua presença e a sua ação enquanto entidade sindical, empreendendo várias iniciativas conjuntas, das quais se destaca o Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais e Aduaneiros, este último desenvolvido com parceiros cujos valores são aqueles com os quais a APIT se identifica, ficando esta iniciativa ainda indelevelmente marcada pela sua condição lusófona e pelo aprofundamento dos laços entre estas entidades sindicais e profissionais de Portugal e Brasil.

Quem teve a oportunidade de estar no Congresso, percebeu que, pese embora a distância física que separa os dois países, os problemas que as Inspeções Tributárias e Aduaneiras, bem como os que as entidades sindicais de ambos os países enfrentam, não são assim tão diferentes, pelo contrário, encontram vários fatores de similaridade, pelo que, maior sentido faz, o debate conjunto e a procura de respostas que aproveitem a experiência, a vivência, a sensibilidade e o contributo de cada unidade na obtenção de mais e melhor conhecimento para, por consequência, ficarem assim mais perto de obter boas resoluções para as dificuldades com que se deparam.

De que forma poderá o mesmo refletir-se numa maior-vália para o exercício de funções pelos profissionais das Administrações Tributárias e Aduaneiras?

Embora a AT seja hoje uma entidade reconhecida internacionalmente como uma das Administrações Fiscais mais evoluída e eficaz em termos mundiais, fruto de uma evolução muito positiva levado a cabo ao nível do combate à evasão fiscal por via, quer do aumento e cruzamento da informação de que dispõe, quer da elevada qualidade global dos seus recursos humanos, esse caminho não se esgota, e a Inspeção Tributária enfrenta hoje os desafios próprios da globalidade.

Da complexidade e multi-nacionalidade das relações económicas e financeiras. Já ninguém acredita que a Inspeção pode, ou sequer deve, ser feita na circunscrição dos agentes económicos internos.

Os Inspetores Tributários, por exemplo, são quem hoje se mostram mais capazes e aptos não só para investigar os crimes fiscais, como também a própria criminalidade económica e financeira, e isso tem ficado, nos últimos anos, bem patente no contexto nacional. Seria até um desperdício, com efeitos muito negativos, que algum governo ou a própria AT viessem, num futuro, a decidir que essa não é a missão de AT e a orientar e direcionar a sua Inspeção Tributária, especialmente, para a mera arrecadação de receita e o combate à evasão fiscal numa perspectiva, sobretudo, economicista.

E numa altura em que existe, por vezes, em alguns vetores, a tentação de procurar enfraquecer ou fragilizar, por esta ou aquela via, as instituições que combatem certos fenómenos e desafiam certos poderes e interesses, que não propriamente o interesse nacional, mais urgente se torna estarmos atentos à condição universal dos cenários em que a economia se desenvolve e os fluxos financeiros ocorrem, por forma a que, reunindo também a experiência externa, melhor possamos garantir, internamente, as condições de equilíbrio fiscal e concorrencial indispensáveis a uma economia sã, justa e equilibrada.

Iniciativas desta natureza, com a partilha de conhecimento externo, são sempre um momento e uma oportunidade muito significativa e muito positiva para, não só termos contato com novas realidades emergentes, como também, porque não, podermos contribuir com aquele que igualmente constitui o nosso capital de experiência e conhecimento.



Que temas gostaria de ver abordados nas próximas edições do Congresso?

Cada Congresso trará sempre à debate novos problemas e novos desafios. A sociedade é dinâmica, e é impossível pensar que estamos sempre preparados. Precisamos de estar atentos e prontos a dar a resposta necessária a cada novo desafio.

O próprio movimento sindical enfrenta hoje diversas crises que confundem e dificultam a sua capacidade organizativa e a mobilização em torno de causas, que paradoxalmente, são cada vez mais prementes, mas cuja fragmentação social e laboral, produzida por uma cada vez maior, mas falsa, perspectiva induzida de solução individual, onde o espírito coletivo é desprezado, associada à, por vezes, inconsequência, no imediato, das reivindicações dos trabalhadores, fruto da realidade económica e orçamental desfavorável, constituem realidades que limitam o trabalho e o papel dos sindicatos, e alteram e condicionam a percepção e o juízo que cada pessoa, cada trabalhador, constrói em relação à sua participação no movimento sindical. Esta crise é também ela, de certa forma, uma crise de consciência que é preciso ultrapassar.

Nesta nova ordem, exige-se aos sindicatos a capacidade de se adaptarem, de se renovarem nas ideias e de construírem novas respostas e soluções válidas, sólidas e eficazes para os problemas que os trabalhadores e as profissões que representam enfrentam hoje e aqueles que, naturalmente, enfrentarão amanhã.

**(...) exige-se
aos sindicatos a
capacidade de se
adaptarem, de se
renovarem nas ideias
e de construírem
novas respostas e
soluções (...)**



Meio: Advocatus

Data: 10-11-2016

RFF É DISTINGUIDA NOS FINANCE MONTHLY GLOBAL AWARDS

A RFF & Associados foi distinguida como Tax Firm of the Year – Portugal na sétima edição do Finance Monthly Global Awards do diretório internacional Finance Monthly, avançou a sociedade, em comu-

nicado. Os vencedores são eleitos pelos pares, numa votação que premeia as sociedades que tenham atingido níveis excepcionais de desempenho em 17 categorias diferentes.